

362

# Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Instituto de História Económica e Social  
Coimbra 0304

*Revista Portuguesa de Historia*  
t. XXXVI (2002-2003)  
pp. 361-395 (vol. 2)

## **A ideia de Europa unida no pos-guerra (1945-1948)\***

**ANTÓNIO MARTINS DA SILVA**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

«En la Historia del mundo la Europa de ayer lo fué casi todo.  
La Europa de hoy no es casi nada. La Europa de mañana puede  
ser algo digno de consideración con tal que sea una Europa unida».

Thierry Maulnier (Mayo de 1948)\*<sup>1</sup>

É objectivo deste trabalho analisar o percurso da ideia de Europa unida desde o termo da II Guerra até 1948, ano em que culminam as grandes realizações representativas dos povos (congressos e conferências diversas), com vista não só ao esclarecimento e à tomada de consciência sobre a necessidade

\* Este estudo foi inicialmente destinado à *Revista de Comunicação e Jornalismo* [nº 1, 1999] do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Contudo, passados vários anos, a projectada *Revista* não foi dada à estampa, pelo que retiramos o nosso contributo para o publicar, sem alterações, neste local.

<sup>1</sup> Excerto de um artigo de Thierry Maulnier, com o título «Pensamiento Francés», exclusivo para *El Universal*, de 14/5/1948, da Venezuela; recorte do referido periódico enviado pela Legação de Portugal em Caracas, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), cota: 2P/A50/M37.

da união da Europa, como também à definição dos moldes em que esta deveria realizar-se. No sentido de influenciar e pressionar as instâncias de poder político, são tomadas resoluções, aprovados planos, endereçados apelos e recomendações aos governos, aos parlamentos e às organizações de cooperação entretanto criadas (como é o caso da Organização Europeia de Cooperação Económica e do Pacto da União da Europa Ocidental) para que tomem iniciativas conducentes ao avanço real e à realização prática da unidade europeia.

Não sendo credível que Portugal pudesse ficar indiferente a esta efervescência de ideias e de projectos de unificação europeia - que, a partir sobretudo de 1947 e de um modo especial em 1948, se traduziu na criação e na reformulação de diversos movimentos, se desdobrou em múltiplas declarações e se concretizou na realização de importantes e concorridas conferências internacionais, como foi a que se realizou na Haia, de 7 a 10 de Maio de 1948 -, ocorreu-nos, nessa perspectiva, responder a duas questões interdependentes sobre o real impacto deste movimento de unidade no nosso país. Pretendemos assim saber, por um lado, em que medida os meios de informação pública portugueses noticiaram os principais factos ocorridos na Europa, no âmbito da ideia de unidade, e conhecer também até que ponto se interessou igualmente o governo pelo que de mais importante ia acontecendo nesse domínio - questão a que tentamos responder no presente trabalho; quisemos avaliar, por outro lado, como reagiram ou se posicionaram a opinião pública e o poder político portugueses face a esse crescendo da ideia da Europa, neste primeiro pós-guerra, de 1945 a 1948 - questão à qual tentámos responder num outro trabalho separado deste<sup>2</sup>.

Foi nosso ensejo, como se impunha, utilizar, nesta reconstituição histórica do processo evolutivo da ideia europeia, fundamentalmente documentação portuguesa, com especial destaque para a imprensa e para a correspondência diplomática arquivada em Portugal no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

### **Declarações e intenções: ecos anglo-saxónicos**

Ainda antes de terminada a guerra, já se ouviam vozes no sentido de a Europa ter de se organizar de uma forma unida e solidária para evitar um novo conflito<sup>3</sup>. Neste primeiro tempo a mensagem vem sobretudo do lado de lá da

<sup>2</sup> António Martins da Silva, «Portugal e o movimento para a unidade europeia no pós-guerra (1945-1948): reacções e tomadas de posição», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXII (97-98) XXXII (97-98), pp. 449-487.

<sup>3</sup> Em Julho de 1944 a «Declaração das Resistências europeias» publicava em Genebra a proposta para uma união federal dos povos europeus que deveria contemplar também a

Mancha. É o caso, por exemplo, da proposta do lorde trabalhista Conde de Huntingdon, apresentada na sessão do dia 6 de Fevereiro de 1945, que entende que só uma federação de todas as democracias europeias poderia constituir o único meio de evitar uma terceira guerra mundial. Face às reacções discordantes que esta proposta suscitou - foi considerada irrealista, só admissível para um debate académico ou para «discussões idealistas e nada mais» -, Huntingdon respondeu que já Winston Churchill tinha oferecido à França, nos tempos mais negros da guerra, uma união federal com a Grã-Bretanha; precisou melhor o seu plano, que devia incluir uma assembleia central ou um presidente eleitos pelos povos e não pelos governos, e em que o aparelho militar devia ser controlado pela dita assembleia. Tal união federal oferecia, no seu entendimento, inúmeras vantagens: resolvia, por um lado, o «problema da Alemanha», cujo povo deveria ter a oportunidade de nela participar, e acarretava, por outro, muitos benefícios no domínio da segurança e do comércio, quer para a Grã-Bretanha quer para os respectivos domínios<sup>4</sup>.

#### *Vozes mais ou menos dispersas no imediato pós-guerra*

No imediato pós-guerra outras vozes se fizeram ouvir. O semanário inglês *The Economist* defende, na sua edição de 1 de Junho de 1945, a necessidade de uma estreita união entre as potências ocidentais, com uma estrutura política única, justificada não só pelas condições internas de cada Estado como também pela própria evolução geral do mundo; se se regesse pelos princípios da boa vizinhança teria o apoio dos Estados Unidos e não seria certamente hostilizada pela Rússia, apesar de, com a influência desta na Europa oriental, se ter estabelecido uma «muralha da China», desde Luebeck até Trieste. A união da Europa seria assim não só o garante da sua independência como o meio eficaz e resolutivo para a sua segurança, liberdade e prosperidade, funcionando a Grã-Bretanha como «uma cabeça de ponte» através da qual poderiam chegar ao Velho Mundo os recursos de outros continentes: «longe de constituir uma ameaça para a Rússia a associação das potências ocidentais viria fortalecer os pactos anglo-soviético e franco-soviético»<sup>5</sup>.

participação do povo alemão. No decurso da guerra projectos diversos defenderam uma união franco-britânica (Arnold Toynbee, Jean Monnet, Churchill, em 1940,) ou uma federação europeia (Altiero Spinelli e Ernesto Rosi, em 1941, Coudenhove-Kalergi, em 1942, entre outras iniciativas de resistentes e de partidos apontando no mesmo sentido).

<sup>4</sup> *Diário de Notícias* n° 28371, de 7/2/1945, p. 5.

<sup>5</sup> Apud *Diário de Notícias*, n° 28484, de 2/6/1945.

Mas não é apenas do Reino Unido que nos chegam vozes a pronunciarem-se pela unificação da Europa. Segundo um artigo publicado na «Colliens Magazine», do antigo chefe da propaganda americana na I Guerra, George Greel, o Presidente Truman «é a favor da formação duma Federação dos Estados europeus, como um dos melhores meios para salvar o continente europeu do caos que o ameaça»<sup>6</sup>.

#### *Um paladino da ideia da Europa unida: W Churchill*

Mas é a partir de 1946 que ganham força e se expandem as ideias e declarações para a unificação da Europa. E este novo dinamismo passou a ter credibilidade efectiva porque pôde contar com um protagonista prestigiado e experiente, que foi Winston Churchill. Num discurso proferido no parlamento holandês, na Haia a 9 de Maio de 1946, este ex-primeiro ministro inglês pronunciou-se a favor do reforço da união entre a Inglaterra e a França e duma associação cada vez mais estreita entre a Europa ocidental e oriental, tendo concluído: «como disse em Bruxelas o ano passado, não vejo razão por que, sob a guarda da organização mundial, não surjam, por fim, os Estados Unidos da Europa, tanto do oriente como do ocidente, que poderão unir o continente por forma como não se conheceu desde a queda do Império Romano, e nos quais todos os povos poderão viver juntos em prosperidade, justiça e paz»<sup>7</sup>. No dia seguinte, em declarações à imprensa, Churchill precisou melhor a sua ideia de «Estados Unidos da Europa» dizendo que deverão incluir «toda a Europa - a coligação de todos os Estados Europeus» e também os 70 ou 80 milhões de alemães, devendo ser concedida à Alemanha a oportunidade de se reabilitar economicamente<sup>8</sup>. A ideia teve um acolhimento imediato, em particular nos Estados Unidos, que desejavam a união da Europa, e na Alemanha, que via nela o único meio, nas condições presentes de ocupação, de se erguer com um mínimo de dignidade. O *New York Times* apoia em artigo de fundo a sugestão de Churchill, «que há muito inspira alguns dos melhores estadistas»; entende que ela é realista «e não simplesmente académica, especialmente desde que não é segredo para ninguém que o Presidente Truman se mostra favorável a esse projecto»; e conclui: «Se vier a realizar-se, os Estados Unidos da Europa seriam uma Nação poderosíssima no Mundo, com mais de 400 milhões de habitantes, dos povos

<sup>6</sup> *Ibidem*, n° 28678, de 15/12/1945.

<sup>7</sup> *Ibidem*, n° 28819, de 10/5/1946.

<sup>8</sup> *Ibidem*, n° 28820, de 11/5/1946.

mais inteligentes e enérgicos. Apresentam-se duas objecções a esse projecto. A primeira é que seriam incluídos 80 milhões de alemães, que podem facilmente dominar o conjunto, e a segunda é a oposição indubitável da Rússia. Mas a actual situação do continente europeu pode bem anular essas objecções»<sup>9</sup>. Na Alemanha, onde os britânicos, na respectiva área ocupada, procuravam aumentar a cooperação e a administração com os alemães, é o prestigiado chefe do Partido Social Democrata das zonas ocidentais, Kurt Schumacher, que declarou desejar não só uma Alemanha unificada como também uma Federação europeia na qual o Reich gozaria de direitos iguais<sup>10</sup>.

Mas a celebridade de Churchill no âmbito da sua propaganda em prol da Europa unida ficará marcada pelo famoso discurso na Universidade de Zurique, em 19 de Setembro de 1946. Aí insistiu no projecto de edificação de «uma espécie de Estados Unidos da Europa», expressão que, não sendo sua - uma vez que já Victor Hugo a utilizara na Assembleia Legislativa francesa, em 17 de Julho de 1851 -, ganhava agora divulgação e notoriedade histórica. Referiu-se à «tragédia da Europa e à difícil situação a que ela fora reduzida»; considerou que «se a Europa se unisse um dia para partilhar a sua herança comum, não haveria limites à felicidade, à prosperidade e à glória de que poderia gozar a sua população de 300 ou 400 milhões de almas»; e afirmou que, se a estrutura dos Estados Unidos da Europa fosse correctamente concebida e aplicada, nunca o poderio de um único Estado, mesmo que grandioso, teria importância suficiente para pôr em causa o equilíbrio do conjunto e que o poder das pequenas nações teria tanto peso quanto o das grandes, devendo aquelas conquistar o seu prestígio e honradez pela contribuição dada à causa comum. No seu discurso ousou declarar ainda que a amizade entre a França e a Alemanha constituiria «o primeiro passo para a recriação da família europeia» e que uma parceria entre ambas era fundamental para se assumirem como direcção da organização dos Estados Unidos da Europa: «Não pode haver renascimento da Europa sem uma França espiritualmente grandiosa e uma Alemanha espiritualmente grandiosa»; e apontou, como «primeiro passo prático» e urgente para recriar a família europeia num quadro regional - «que se chamará talvez os Estados Unidos da Europa» - o de se constituir um Conselho da Europa<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Apud *Diário de Notícias*, n.º 28823, de 14/5/1946, p. 5.

<sup>10</sup> *Ibidem*, n.º 28890, de 20/7/1946, p. 5.

<sup>11</sup> *Ibidem*, n.º 28952, de 20/9/1946, p. 1 e 5, e Winston S. Churchill, *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, edição condensada, trad. portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 1125-26.

Estava lançado o repto, e as repercussões não se fizeram esperar. O desafio foi bem acolhido por muitos daqueles a quem era cara a ideia da unificação da Europa, que nalguns casos logo se apressaram a dar-lhe continuidade e uma expressão prática. É o caso do Conselho Central da União das Federações da Grã-Bretanha cujo presidente, Josephy<sup>12</sup>, na sequência do apelo de Zurique, anunciou, a 24 de Setembro, em carta dirigida ao *Times*, que o seu movimento havia organizado uma conferência federal internacional, a realizar no Luxemburgo de 14 a 16 de Outubro próximo; nela participariam organizações idênticas de muitos países, e se discutiriam os métodos e os meios de se desenvolver o plano dos Estados Unidos da Europa. E concluía: «em vista das afirmações de Churchill no discurso de Zurique, esta conferência será de interesse vital para todos aqueles que acreditam que na organização em comum da Europa está a base da paz mundial»<sup>13</sup>.

Persistente e encorajado pelas declarações e iniciativas que em muita parte se manifestavam, Churchill regozija-se, a 4 de Outubro, em Blackpool - onde foi recebido entusiasticamente para ser nomeado cidadão honorário -, pelo facto de os Estados Unidos terem declarado que abandonavam a política de isolacionismo e estavam dispostos a participar na restauração da Europa e da paz no mundo, havendo por conseguinte grandes motivos de esperança para os povos do dilacerado continente. Entende, todavia, que o fardo não deveria apenas ser suportado pela América: «Porque não teremos também uns Estados Unidos da Europa? Porque é que este continente há-de ser uma vítima mutilada e dependente da generosidade de outros países?». E acrescenta, a propósito da necessidade de reabilitação da Alemanha: «Quando falei em Zurique, disse: *Que a Europa se erga! Que acabem os amargos feudos e questões do passado*. Não podemos avançar arrastando atrás de nós essas cadeias de vingança e ódio. Deve ser feita justiça e infligido o castigo aos que forem julgados culpados». Considerando que a Europa tem de encarar o futuro e não apegar-se ao passado, conclui: «Tudo o que se tem a fazer é que cerca de 250 milhões de homens acordem numa manhã e digam: desejamos ser felizes, livres e prósperos e apenas daremos os nossos votos a partidos políticos, chamem-se como se chamarem, que votarem pelos Estados Unidos da Europa»<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Francês L. Josephy foi delegado britânico na Internacional liberal antes da guerra, membro do comité executivo de *Federal Union* e depois presidente (in Gérard Bossuat, *Les fondateurs de l'Europe*, Paris, 1994, p. 97).

<sup>13</sup> *Diário de Notícias*, n° 28957, de 25/9/1946, p. 2.

<sup>14</sup> *Diário de Notícias*, n° 28967, de 5/10/1946, p. 5.

## **Iniciativas e primeiras actuações: o acolhimento dos povos**

A propaganda tinha colhido os primeiros frutos. O movimento estava lançado, e era tempo de passar das declarações às primeiras realizações concretas. As iniciativas multiplicar-se-iam, dando lugar ao estabelecimento de associações e à realização de congressos, como instrumentos de suporte ao reforço, à expressão e à difusão dos sentimentos e vontades de unidade europeia.

### *A criação de movimentos e associações, correntes de opinião e outros meios de pressão e de consciencialização*

A 24 de Novembro de 1946 era anunciada em Londres a possibilidade de se criar em breve uma organização sob a chefia de W. Churchill, para promover a criação dos Estados Unidos da Europa, organização que devia constituir-se inteiramente à margem dos partidos políticos<sup>15</sup>.

A 15 de Março de 1947 dá-se conhecimento da criação, por iniciativa de Churchill, de uma Comissão para os Estados Unidos da Europa; publica-se um manifesto onde se diz que, para evitar novas guerras, se toma indispensável a instituição de um «sistema de Governo no Mundo», apoiado em unidades regionais de agrupamentos de nações. Considera-se no referido documento existirem já vários gmpos, tais como a União Pan-americana, a Comunidade Britânica e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas que, lamentavelmente, o continente europeu permanece num estado caótico; e que, só unindo-se, pode sobreviver e alcançar a paz e a prosperidade comum, enriquecer a sua herança cultural e civilizacional, e preservar as suas tradições e identidades próprias. Embora seja prematuro definir desde já a natureza do relacionamento constitucional entre as nações de um sistema de Europa unida, considera-se, no referido manifesto, que esta deve assumir o aspecto de um gmpo regional adentro da Carta da Organização das Nações Unidas, procurando uma cooperação estreita com os Estados Unidos e com a União Soviética; todavia, o Reino Unido, em virtude dos laços e compromissos que o ligam à Comunidade Britânica, não deve participar no referido sistema de união europeia, mas, sendo um país europeu, deve contribuir para o bom funcionamento deste. Conclui que, face à dificuldade de os governos assumirem a responsabilidade da obra a empreender, esta deve recair nos indivíduos, nos homens de boa vontade de todos os países, que terão urgentemente de congregar esforços para o ressurgimento da Europa, «antes que seja demasiado tarde»<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> *Ibidem*, n.º 29017, de 25/11/46, p. 1.

<sup>16</sup> *Ibidem*, n.º 29123, 16/3/1947.



Entretanto é criado na Grã-Bretanha sob o impulso de Churchill, mas tendo Duncan Sandys, seu genro, como fundador, o *Movimento Europa Unida*. Na importante e concorrida reunião inaugural do «Europa Unida» no Albert Hall, a 15 de Maio, Churchill preconiza o estabelecimento imediato, na Grã Bretanha, de uma organização «para promover a causa da Europa unida e dar a esta ideia a proeminência e vitalidade necessárias para que ela se firme na mente dos nossos compatriotas», nos moldes em que já o tinha proposto anteriormente, ou seja, no quadro de uma entidade regional, a par das outras já existentes, que aceita «sem reservas a supremacia mundial da organização das Nações Unidas»; insiste que a França e a Grã-Bretanha têm de envidar plenos esforços para se constituírem como «sócios fundadores deste movimento», único meio de fazer da unidade europeia uma realidade efectiva, na qual a Alemanha terá de ser integrada para bem da paz e do povo alemão<sup>17</sup>; conclui, definindo o que designou por herança da Europa com as seguintes palavras: «Na rica trama desta cultura notemos os fios principais: a crença hebraica num único deus, a mensagem da caridade e da redenção do cristianismo, o amor dos helenos pela verdade, pela bondade e pela beleza, e o génio legislador dos romanos. A Europa é uma concepção espiritual»<sup>18</sup>.

A 4 de Agosto, em Woodstock, sua terra natal, Churchill faz um veemente apelo ao poder político britânico e, em particular, aos seus correligionários conservadores, no sentido de apoiarem o seu plano de união da Europa, declarando na sequência: «o nosso plano dum Europa Unida não representa uma ameaça ou desafio a qualquer Estado fora dela. Todas as nossas portas estão abertas. Havia países que não tinham a liberdade de aderir a esse plano. Podem estar certos que serão sempre bem-vindos. Haja sol de ambos os lados da cortina de ferro e, se o sol alguma vez raiar igualmente em ambos os lados, a cortina deixará de existir»<sup>19</sup>. O Movimento da Europa Unida vai-se, entretanto, difundindo por diversos países e toma parte nas questões europeias importantes; em 28 de Setembro dá o seu apoio ao programa da acção económica proposta na conferência das 16 nações sobre o plano Marshall, mediante uma declaração assinada por Winston Churchill, presidente da comissão britânica do movimento, por Edouard Herriot, presidente da comissão francesa, e por Paul van Zeeland, presidente da Liga de Cooperação Económica Europeia<sup>20</sup>.

Entretanto, o comportamento soviético a leste, nomeadamente a colocação, em finais de Fevereiro de 1948, de um governo comunista na Checoslováquia,

<sup>17</sup> *Ibidem*, n° 29182, de 15/5/1947, p. 5.

<sup>18</sup> *Diário Popular*, n° 2011, de 6/5/48, p. 1 e 8.

<sup>19</sup> *Diário de Notícias*, n° 29264, de 5/8/1947, p. 1 e 5.

<sup>20</sup> *Ibidem*, n°29319, de 29/9/1947, p. 5.

reduz drasticamente a possibilidade, defendida por muitos, de uma colaboração entre as democracias e o comunismo; e dá, por essa via, um empurrão à consciência da necessidade de se avançar com rapidez para o estabelecimento de fórmulas que estreitem os laços de unificação europeia; e se, por um lado, tais acontecimentos contribuem para facilitar o desbloqueamento da ajuda proposta à Europa, no âmbito do Plano Marshall, intensificam, por outro lado, as pressões americanas sobre o Velho Continente para que os respectivos Estados se entendam e se unam. Assim no-lo relata o embaixador português em Washington que, em 8 de Março de 1948, escreve ao Governo o seguinte: «Da mesma forma em que o alarme lançado nos Estados Unidos pelo golpe comunista na Checoslováquia provocou um súbito aumento de interesse pelo plano Marshall, estão agora quase todos os diários deste país tocando a tecla da extrema necessidade dum união do ocidente europeu. E desde a sugestão razoável dum acordo político, económico e militar até à velha utopia dos Estados Unidos da Europa [...], tudo são conselhos ou convites a que os países livres da Europa se reúnam sem tardança»<sup>21</sup>.

Tal ocorrência, com o impacto que teve na opinião pública americana, ecoou também no Congresso. A 31 de Março foi proposta por um senador americano (Alexandre Wiley) a formação adentro das Nações Unidas de uma união de Estados democráticos da Europa, com exclusão da Rússia e dos países seus satélites, a fim de impedir a eclosão de uma nova guerra e neutralizar a agressão ideológica movida pelos Estados ditadores. O dito senador disse que apresentaria uma resolução pedindo ao Departamento de Estado o seu apoio para criação de uma União europeia<sup>22</sup>. Esta iniciativa foi reforçada por outras (J. Fulbright, Erbert Thomas, Hale Dodges) apresentadas ao Congresso americano, sob a forma de moções, e apoiadas pelo próprio secretário de Estado, George Marshall, que a 11 de Junho, cautelosamente, declarou: «É claro que os Estados Unidos querem que a Europa não se divida contra si própria [...]. A única coisa que podemos é inspirar que os homens venham a suportar aquilo que deve ser suportado e podemos dizer claramente que não está no nosso alvo impor aos povos da Europa qualquer forma particular de associação política ou económica»<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Ofício, com data de 8/3/1948 (Proc. 85, N° 128), da Embaixada de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, MNE, AHD, 2P/A50/M37.

<sup>22</sup> *Diário de Notícias*, n° 29138, de 31/3/1947, p. 5.

<sup>23</sup> *Ibidem*, n° 29209, de 11/6/1947, p. 1 e 5. A propósito destas moções tendentes a favorecer a criação dos Estados Unidos da Europa, dentro da organização das Nações Unidas, apresentadas ao Congresso americano, Churchill, num radiograma enviado ao senador Boggs, diz: «Sinto-me animado pela prova de haver apoio para a Europa unida na América. Em particular, agrada-me muito saber qual a importante iniciativa que vós e o senador Fulbright havíeis tomado ao submeter este assunto ao Congresso. Desejo-vos pleno êxito nos vossos esforços».

O movimento europeu fazia progressos sugestivos desde o discurso de Zurique. Não surpreende que tenha havido preocupações e tentativas de o apropriar partidariamente. É contra isso que Churchill se insurge, ao denunciar, em 14 de Fevereiro de 1948, as manobras empreendidas por elementos trabalhistas no sentido de fazerem da causa da união europeia «um monopólio do Partido Socialista»<sup>24</sup>, tendo declarado: «Quando pronunciei essa ideia em Zurique, em Setembro de 1946, sempre esperei que ela fosse superior às divergências partidárias e às divisões internas. O Governo pratica um erro grave e anti-liberal procurando constituir uma organização exclusiva dos socialistas da Europa. Se a Europa tiver de unir-se será apenas pelo sentido cada vez mais nítido da fraternidade entre todos os países interessados, vivendo e agindo livremente»<sup>25</sup>.

O antigo primeiro ministro britânico insiste mais uma vez, em carta publicada em 11 de Março no primeiro número da revista *United Europe*, na necessidade de a ideia da unidade europeia ter de se sobrepor às disputas partidárias, de se reforçar de uma forma mais ampla e produtiva, apesar da rapidez e da intensificação dos apoios que tem granjeado; e alerta, face à crise económica e aos recentes acontecimentos na Checoslováquia (golpe de Praga nos finais de Fevereiro), para os perigos que se acastelam no horizonte traduzidos numa dupla ameaça que paira sobre o continente europeu - «a bancarrota por um lado e por outro a balcanização» -, afirmando a propósito: «Ambas estas circunstâncias vão transformar a Europa numa presa fácil para a agressão. É por isso imperativo agir antes que toda a nossa actividade seja paralisada pelo medo dessa agressão». Considera ainda que, em face da amplitude e da rapidez de crescimento da popularidade da ideia europeia, é necessário estar atento às declarações demagógicas e actuações oportunistas por parte de homens do poder (no início de Março, por exemplo, Ernest Bevin, ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, mostrara-se favorável à ideia de unidade europeia, e o Primeiro ministro Clement Attlee foi mais longe admitindo mesmo a possibilidade de uma federação europeia), denunciando: «Temos de estar acautelados com aqueles de quem Bismark dizia: *Quando afirmam que concordam com qualquer ideia em princípio, isto significa que não têm intenção de porem essa ideia em prática*»<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> Em Fevereiro de 1947 tinha-se constituído um Movimento para os Estados Unidos socialistas da Europa, que veio a tomar-se em 1953 no Movimento democrático e socialista para os Estados Unidos da Europa.

<sup>25</sup> *Diário de Notícias*, nº 29452, de 15/2/1948, p. 1 e 5.

<sup>26</sup> *Ibidem*, nº 29478, de 12/3/1948, p. 5.

Uma iniciativa relevante vai ter lugar a 12 de Março. Um grupo de deputados britânicos (40 trabalhistas, 24 conservadores, 3 independentes e 1 liberal) denunciou o acordo das cinco potências (pacto de Bruxelas), acabado de concluir nesta cidade, considerando-o um «tratado à antiga [...] entre vários Estados isolados, no qual nenhum dos Estados cede qualquer parcela de soberania», e propondo, alternativamente, um parlamento da Europa e uma verdadeira Federação Europeia; e apresentou na câmara dos comuns uma moção visando a criação de um Conselho da Europa Ocidental com poderes para coordenar a sua política económica, social e militar e para promover o desenvolvimento do comércio e a estabilização das moedas dos Estados que dele vierem a fazer parte. Propunha-se na referida moção (de que Churchill pediria a discussão com toda a brevidade) que a Câmara dos Comuns solicitasse disposições para se atingir na Europa ocidental os seguintes objectivos: no imediato, criar uma união política bastante forte para salvar a democracia e os valores da civilização ocidental, consubstanciada no estabelecimento de um Conselho da Europa ocidental, que incluísse os representantes das dezasseis nações abrangidas pelo plano Marshall e a Alemanha ocidental; no médio prazo, uma federação democrática da Europa, com poderes nos domínios da política externa e da defesa, da economia, da moeda, da energia e dos transportes, dotada de uma constituição baseada na nacionalidade comum, na liberdade política e no Governo representativo, a ser elaborada por uma Assembleia Constituinte, composta por representantes dos parlamentos dos Estados participantes; a dita constituição deveria incluir uma declaração dos direitos do Homem<sup>27</sup>.

***Uma grande manifestação pública do pós guerra: o Congresso Europeu da Haia, de 7 a 10 de Maio de 1948***

As notícias sobre a realização do Congresso de Haia começaram a aparecer nos jornais portugueses desde o início de Maio: «A organização europeia [escreve-se no *Diário Popular*, de 2 de Maio] progride em volta do núcleo das cinco potências ocidentais [...]. A 7 de Maio, em Haia, 500 delegados, moralmente animados pela presidência de Churchill, vão tratar do conjunto do problema. Que caminho percorrido pela ideia europeia, desde há dois anos! Lembremo-nos de que Churchill não obteve, depois dos seus primeiros discursos de Haia e de Zurique, senão sarcasmos e amargas censuras. Deve sorrir hoje ao ver, entre os que mais o aplaudem, os que o trataram como mau amigo e patriota duvidoso... »<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> *Ibidem*, n.º 29479, de 13/3/1948, p. 1 e 5.

<sup>28</sup> *Diário Popular*, n.º 2007, de 2/5/1948, p. 13.

Nos dois dias que antecedem o início do congresso os jornais dão conhecimento do relatório das delegações britânica e francesa em que ambas concordaram com a criação de um «Conselho de Emergência Económica», o qual deveria ser estabelecido imediatamente nas mesmas bases em que foi firmado o pacto da União Ocidental; convidam-se, no referido relatório, «todos os outros países livres» a fazerem-se representar; propõe-se que se crie uma Assembleia constituída pelos representantes dos vários parlamentos e uma declaração europeia dos direitos dos cidadãos; refere-se a criação de uma força de defesa europeia e de um sistema económico unificado, conducente a uma «completa Federação»; afirma-se, nesse documento, que os recursos combinados das 16 Nações, acrescidos dos recursos dos territórios ultramarinos, são suficientes para garantir uma situação tão desafogada como a dos próprios Estados Unidos; recomenda-se a incorporação da Alemanha na união Europeia como única solução para o problema do formidável potencial de guerra que existe no Ruhr e na Renânia. Num outro relatório de carácter económico, a apresentar ao congresso, propõe-se a criação de um «Conselho Económico Permanente» constituído por ministros responsáveis nomeados pelos diferentes governos: «As Nações europeias só podem salvar-se com uma absoluta união económica, facultando um único mercado para o trabalho, para a produção e para o comércio, visto que o velho sistema económico da Europa ficou completamente destruído». Pretende-se, por outro lado, de acordo com declarações do deputado britânico Robert Boothby, presidente da subcomissão política da conferência, que, com a reunião da Haia, se consiga reunir num só movimento as sete organizações já existentes na Europa<sup>29</sup>.

Foi com este espírito e com estes objectivos gerais que se partiu para Haia. Mas, à partida, as divergências eram já previsíveis. Na véspera da inauguração do Congresso da União Europeia noticiava-se que os respectivos organizadores receavam que as divergências entre os partidos políticos britânicos prejudicassem o trabalho da conferência. Segundo os três relatórios presentes à discussão no congresso, à primeira vista o objectivo era simples: tratava-se de reunir os homens de boa vontade para procurar estabelecer uma Europa unida, política, económica e culturalmente, e sem preocupações de partidos. Todavia, a dificuldade de harmonizar as doutrinas com as necessidades práticas dos governos europeus, responsáveis perante os problemas mundiais, e a relativa incompatibilidade entre a ideia das empresas livres e da livre circulação dos

<sup>29</sup> *Ibidem*, n° 2010, de 5/5/1948, p. 7; *Diário de Notícias*, n° 29532, de 6/5/1948, p. 5; *eA Voz*, n° 47592. De 6/5/1948, p. 3.

capitais e a doutrina socialista de nacionalizações defendida por alguns executivos, constituíam escolhos, entre outros, desfavoráveis à pretendida unidade projectada na Haia: «É quase certo [conclui a notícia publicada pela fonte que estamos a utilizar] que o Governo Trabalhista Britânico não possa comprometer-le oficialmente a adoptar todas as resoluções tomadas no Congresso da Haia»<sup>30</sup>.

Na sessão plenária de abertura estavam programados discursos de Churchill, Paul Ramadier, chefe socialista francês, Hendrik Brugmans, presidente da União dos Federalistas Europeus, e o Dr. Paul Van Zeeland, antigo primeiro ministro belga e presidente da Comissão económica do congresso. Houve a preocupação de fazer representar não só os diversos países europeus e partidos políticos como também as diferentes sensibilidades em relação à união da Europa, presumivelmente para afastar, segundo os organizadores, «qualquer impressão de que o Congresso é dominado pelos conservadores»; apesar de algumas desistências de última hora, esperava-se que assistissem à conferência 20 a 30 trabalhistas britânicos, cujas posições e atitudes se aguardavam com grande interesse «como indicação de até que ponto o Partido Trabalhista britânico está decidido a boicotar os objectivos gerais do Congresso»<sup>31</sup>.

Mas as maiores expectativas concentravam-se em tomo da presença de Churchill. A 6 de Maio, com o título, «Agora de Churchill. Centenas de delegados ouvirão em Haia a sua voz», escreve-se o seguinte: «Dois anos! Quem poderia crer que, neste curto espaço de tempo, uma grande ideia que parecia louca se tomaria sensata, e que ela se encaminharia, lenta mas seguramente, para a sua realização. Amanhã, 7 de Maio, abre-se em Haia a conferência *United Europe* [...]. O público poderá então, em presença do grande caminho já percorrido, perguntar para consigo: *o que vão fazer esses setecentos delegados que vão ouvir a palavra autorizada de Churchill em Haia? Não será melhor deixar agir os dirigentes responsáveis?* Não é este o sentimento do *comité* da *United Europe* e dos 200 deputados ingleses que o apoiam. Numa obra que requer sacrifícios corajosos os governos têm necessidade de ser apoiados por personalidades e agrupamentos tão variados e tão numerosos quanto possível. [...]. Como disse ontem Attlee, *isso não é um assunto para governos*. Perante esta reunião que compreende mesmo um representante do Papa, e onde figurarão delegados das dez ou doze associações pan-europeias que existem no mundo, conseguirá o grande animador extrair uma força comum e fazer comungar tantas

<sup>30</sup> *Diário Popular*, n.º 2011, de 6/5/1948, p. 1, que abre com o seguinte título principal de primeira página: «Mil estadistas vão reunir-se em Haia para estudar e obter a União da Europa».

<sup>31</sup> *A Voz*, n.º 7593, de 7/5/1948, p. 1 e 5.

almas diferentes num único programa? [...]. O problema está simplificado hoje pela simpatia dos governos ocidentais. Ei-lo. A Europa está ameaçada por uma assustadora conjunção de forças materiais e ideológicas. Poderemos nós criar para a nossa defesa uma aliança mais forte? No domínio físico, é provável. No domínio social, os elementos constituintes já existem. Poderá a voz de um mago operar a sua fusão para a salvação comum?»<sup>32</sup>.

Conclui-se, pois, que Churchill aparece como principal figura emblemática da congresso, de que é presidente honorário. Compreende-se assim que o seu discurso, que abriu a sessão inaugural, fosse aguardado com expectativa e tivesse suscitado um enorme interesse por parte da imprensa, que o divulga na íntegra ou a ele se reporta minuciosamente. Cada jornal, de acordo com a sua afinidade política ou tendência ideológica, destaca e encima como títulos preferenciais as frases do discurso de Churchill que consideram mais sugestivas: «Uma Europa unida é necessidade vital para todo o mundo nesta hora sombria. Já é tempo de erguer a voz da Europa do meio do caos e da perturbação causados pelos erros e os ódios do passado» - escreve-se no *Diário Popular*<sup>33</sup>; «É necessário que os dezasseis países associados ao Plano Marshall tomem providências para a solução dos problemas da Europa ocidental» - declara-se no *Diário de Notícias*<sup>34</sup>; «Uma Europa unida é de necessidade vital não só para o Continente como para todo o mundo nesta hora sombria - afirma Churchill que manifestou também a esperança de se juntarem aos «Cinco» a Península Ibérica, a Itália e a Escandinávia» - destaca-se no jornal *A Voz*<sup>35</sup>; «Estamos aqui reunidos para estabelecer as bases sobre as quais os estadistas das democracias ocidentais podem firmar a sua obra. Recebemos de braços abertos qualquer país onde o povo tem o governo que deseja» - evidencia-se no *Novidades*<sup>36</sup>.

Com cerca de 800 delegados participantes - desde estadistas de diferentes partidos, escritores e intelectuais proeminentes e figuras notáveis de todos os credos, a profissionais, homens de indústria e dirigentes das classes operárias -, Churchill abriu o congresso no dia 7 de Maio à tarde no edifício do parlamento holandês, começando por declarar: «Desde que falei sobre o assunto em Zurique, no ano de 1946, e desde que foi lançado o movimento britânico para a unidade europeia, em Janeiro de 1947, os acontecimentos precipitaram-se para além das nossas expectativas. Esta causa ou é de importância vital ou de carácter

<sup>32</sup> Jules Sauerwein, *Diário Popular*, n° 2011, de 6/5/1948, p. 1 e 8.

<sup>33</sup> *Ibidem*, de 7/5/1948, p. 1.

<sup>34</sup> *Diário de Notícias*, n° 29534, de 8/5/1948, p. 1.

<sup>35</sup> *A Voz*, n° 7594, de 8/5/1948, p. 1.

<sup>36</sup> *Novidades*, n° 17074, de 8/5/1948, p. 1 e 5.

meramente académico. Nesta última hipótese seria melhor abandoná-la. Mas trata-se de uma necessidade vital para a Europa e para o Mundo, nesta hora sombria para que a luz se torne mais brilhante e a esperança mais forte, nos corações e nos pensamentos dos homens e das mulheres de muitos países. É isso que é indispensável que aconteça. Os grandes governos ligaram-se com todo o seu potencial efectivo. A poderosa República dos Estados Unidos aprovou o plano Marshall. Estão agora associadas 16 nações europeias para conseguirem resolver os problemas económicos. Cinco dessas nações criaram um pacto económico e militar. Temos a esperança de que esse núcleo venha a agregar a si em devido tempo os povos da Escandinávia, da Península Ibérica, assim como a Itália, que carece de retomar o lugar que lhe pertence no convívio das Nações».

Churchill disse a seguir que todos aqueles que tinham trabalhado pela causa da Europa unida, nomeadamente Bevin, Bidault, Spaak e Marshall poderiam sentir-se contentes com os progressos realizados; que este era um movimento dos povos e não de partidos, porque nunca a Europa poderia unir-se sob a bandeira de um único partido; que ninguém tinha o direito de reivindicar o exclusivo da iniciativa, porque muitos no passado, desde há séculos, trabalharam por este nobre plano de congregar os Estados da Europa; que o movimento para a unidade europeia devia constituir «uma expressão dinâmica da fé na democracia», tendo como centro a Carta dos Direitos Humanos; que, embora, todos os participantes houvessem sido convidados a título pessoal, o congresso e as respectivas conclusões deviam ser entendidas, com justiça e verdade, como representando a voz da Europa; que a cooperação económica e militar devia inevitavelmente ser acompanhada, «passo a passo, com uma política paralela de unidade política mais íntima», com a consciência de que «isto representa algum sacrifício ou uma certa perda da soberania nacional»; que «era uma missão honrosa para as nações vencedoras dar a mão à Alemanha e fazê-la regressar à família europeia», restaurar a sua vida económica e «fazer reviver a antiga fama da raça alemã sem contudo expor os seus vizinhos e nós próprios ao ressurgimento do seu poderio militar»; que se deve dar todo o apoio aos governos dos 16 países associados no âmbito do plano Marshall para que «tomem todas as medidas indispensáveis para solucionar os problemas da chamada Europa ocidental»; que o objectivo fundamental «não pode deixar de ser senão uma Europa unida», a unidade de «toda a Europa», inclusive dos países da Europa oriental e de sudeste e também da Espanha, desde que as respectivas sociedades e formas de vida «não estejam em desacordo com a Carta dos Direitos Humanos e com a sincera expressão de uma democracia livre»; que, auxiliando os governos a erigir a unidade de uma «nova Europa»,



se devem empregar «os maiores esforços para criar e combinar as grandes unidades regionais e prepararmo-nos pacientemente para criarmos um dia um governo mundial». E finalmente Churchill concluiu: «Não podemos limitar a nossa acção a palavras benévolas e generalidades [...]. Por outro lado, não seria prudente, nesta época crítica, lutar para estabelecer uma constituição de estrutura rígida [...]. Encontramo-nos aqui reunidos para estabelecer as bases sobre as quais os estadistas das democracias ocidentais podem firmar a sua obra e criar uma atmosfera favorável para grandes decisões futuras. Não nos compete, a nós, que não dispomos de autoridade dos governos, apresentar ao Mundo fórmulas rígidas ou acordos pormenorizados. [...]. Entretanto, não devemos abandonar este Congresso sem termos dado um firme passo à frente. A tarefa deste Congresso não é apenas levantar a voz da Europa como um todo unido durante estes poucos dias. Devemos agora mesmo proclamar a necessidade de se constituir uma outra Assembleia Europeia, cuja voz seja continuamente escutada [...]. Pesa sobre nós uma alta e solene responsabilidade. Este Congresso representa um esforço da Europa para ressurgir»<sup>37</sup>.

Depois do discurso de Churchill falaram outros destacados oradores, nomeadamente Hendrik Brugmans, que disse: «Desejamos mais do que tratados, que podem ser sempre cancelados, mais do que comissões consultivas que podem ser dissolvidas». Advogando de imediato uma Europa unida por laços federais - diferente, por conseguinte, da que propôs aquele primeiro orador -, continuou dizendo: «Pretendemos a criação de instituições federais europeias com plenos poderes para realizar uma nova liga de povos livres». Brugmans insistiu ainda que os federalistas proclamavam a necessidade da criação imediata de uma série de organismos interdependentes, representando as várias actividades europeias, e concluiu: «Uma Europa unida será capaz de voltar a afirmar a sua independência moral e social perante o Mundo e desempenhar um papel de mediação nos conflitos que surgem dia a dia»<sup>38</sup>.

Ambos os discursos, o de Churchill e o de Brugmans, foram vibrantemente aplaudidos. Para Haia foram assim, como se conclui e acima se referiu, várias concepções de união da Europa, que divergiam não no que respeita ao principal

<sup>37</sup> O discurso de Churchill foi publicado na íntegra por, entre outros jornais, o *Diário Popular*, *A Voz*, *Novidades*, etc., em 7 e 8 de Maio de 1948. Na correspondência da Legação de Portugal na Haia para o Governo foi feito um relato minucioso sobre o discurso de Churchill e a ambiência em que decorreu: «O discurso do Senhor Churchill [conclui o ministro de Portugal naquela cidade] foi prolongadamente aplaudido por todos os presentes e o grande estadista foi convidado a ser o presidente de honra do Congresso» (Ofício n.º 562/226, de 2/7/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A).

<sup>38</sup> *Diário de Notícias*, n.º 29534, de 8/5/1948, p. 5.

objectivo da união enquanto tal, mas no que conceme aos métodos e aos prazos para a sua realização. E, naturalmente, as divergências não tardaram a patentear-se. Desde logo a oposição entre dois grupos: o dos apoiantes de Churchill, ao qual se juntou Ramadier, que, defendendo uma consolidação europeia antes da Federação, apelou à constituição de uma Assembleia que funcionasse em permanência como uma espécie de tribuna da Europa, para fazer ouvir primeiro a sua voz; e o dos entusiastas, encabeçados por Brugmans, da criação imediata de uma Federação, ou seja, de uma Europa «supranacional» em que a soberania nacional fosse definitivamente abandonada «a favor de uma realização revolucionária do continente numa vasta escala»<sup>39</sup>.

Para muitos, com efeito, o discurso do antigo primeiro ministro britânico, prudente e timorato, desiludiu, nomeadamente os «federalistas de todas nações e de todos os matizes de opinião» e aqueles que projectaram no congresso a perspectiva de uma Europa fortemente unida, com a formação de um governo europeu a curto prazo; para outros, na verdade, Churchill, como Ramadier, foram simplesmente «realistas quanto ao momento imediato», porque preferiram não prejudicar a obra dos homens de Estado que trabalhavam para a colaboração das nações ocidentais; ambos solicitaram, pelo contrário, que se apoiassem os governos nesse esforço, «em vez de se querer fazer uma espécie de revolução federalista». Mas a estes dois antigos primeiros ministros, que conheceram as responsabilidades do poder, opuseram-se os federalistas «puros», como Brugmans, já referido, e o conde Richard Coudenhove-Kakergy, presidente da União Parlamentar Europeia; um e outro denunciaram vigorosamente os métodos diplomáticos tradicionais e mostraram que os acordos já realizados no Ocidente da Europa eram absolutamente insuficientes e que «nunca se chegaria a dar solução ao problema federalista se não se atacasse de frente a noção de soberania e se não se projectasse desde já a criação de organismos sob o ponto de vista militar e económico, por exemplo»<sup>40</sup>.

Opiniões em conflito que se haveriam de manifestar com vivacidade a partir do momento sobretudo em que se iniciaram os trabalhos das diversas comissões (política, económica e cultural) sobre a análise do relatório apresentado ao congresso. Neste documento declarava-se, entre outros objectivos, que as nações da Europa não poderiam progredir e manter a paz, vivendo isoladas e sem o concurso solidário dos outros países; que a cooperação económica e política europeia já iniciada não era suficiente para garantir a segurança e a prosperidade

<sup>39</sup> *A Voz*, n.º 7595, de 9/5/1948, p. 1.

<sup>40</sup> *Diário Popular*, n.º 2013, de 8/5/48, p. 8.

do continente; que, para tal, teriam os Estados de transferir parcelas da sua soberania para uma organização comum; que, para o efeito, se deveria convocar com toda a brevidade uma Assembleia Legislativa europeia, constituída por delegados dos Parlamentos participantes e aberta a todas as Nações «democraticamente governadas e que se comprometam a respeitar a Carta das Nações Unidas»; que a dita assembleia deveria criar um tribunal de justiça para fazer cumprir o respeito pelos direitos humanos; que a Alemanha deveria ser incorporada na futura federação europeia; que deveria ser criado um centro cultural europeu, independente dos governos, tendo como principal finalidade, entre outras, apoiar todos os esforços para uma federação das Universidades da Europa e garantir aos estabelecimentos de ensino a liberdade quanto a qualquer pressão política<sup>41</sup>.

Ora, os pontos que suscitaram mais acérrimas divergências foram respeitantes à criação de uma Assembleia da Europa e ao estabelecimento de um centro cultural independente dos governos. Desde logo, delegados britânicos, trabalhistas e conservadores expressaram dúvidas sobre se poderiam votar moções cujas medidas preconizadas lhe pareciam prematuras. Em seguida, trabalhando afincadamente em comum durante o congresso e formando um numeroso grupo, compacto, organizado e solidário, os ingleses, não dispostos a dar passos comprometedores, acabariam por influenciar sugestivamente a maioria dos debates, aproveitando-se da desunião e de algum voluntarismo das outras delegações, em particular dos franceses<sup>42</sup>.

<sup>41</sup> *A Voz*, nº 7595, de 9/5/1948, p. 1 e 5; *Diário de Notícias*, nº 29535, de 9/5/1948, p. 5.

<sup>42</sup> «Os debates tomaram, particularmente na secção política, a característica de uma controvérsia franco-britânica na qual os nossos vizinhos [os ingleses] souberam assumir uma incontestável superioridade. Tinham constituído uma verdadeira delegação, unânime nos seus votos, trabalhistas e conservadores confundidos. Incorrigíveis individualistas, os Franceses, ao contrário, não souberam dominar as suas divisões. A oposição entre *duros* e *moles*, sobrepujaram-se as querelas entre federalistas de tendências corporativas e defensores da ortodoxia parlamentar. [...]. Enfim, os Ingleses testemunharam a sua tenacidade habitual. Alguns de entre eles [...] procuraram mesmo utilizar artificios processuais para abafar a voz dos adversários, particularmente a de M. Paul Reynaud [...]. Esta tenacidade foi posta ao serviço de uma política extremamente circunspecta [...] e que se explica facilmente: a lentidão e a prudência tradicionais dos Ingleses não devem ser as únicas a ser postas em causa; os projectos de construção europeia continuam a suscitar as apreensões de uma larga fracção de opinião britânica, e os voluntários de Haia deviam avançar com passos prudentes com medo de se desligarem da maioria da Nação e do Parlamento. Bem ou mal, todas as outras delegações tiveram de alinhar com esta posição para evitar uma ruptura possível.» (artigo de René Courtin, dirigente do *Conseil français pour l'Europe unie*, in *Le Monde*, 14 Mai 1948, cit. por Bernard Bruneteau, *Histoire de l'Unification européenne*, Paris, A. Colin, 1996, p. 61).

As resoluções aprovadas, se foram sem dúvida o resultado de um amplo compromisso, são de certo modo também a expressão da vontade dos britânicos que, sob muitos aspectos, acabou por largamente prevalecer. Caso sugestivo é o da aprovação por grande maioria, após demorado debate, do estabelecimento de uma Assembleia essencialmente consultiva, cujos membros seriam escolhidos pelos parlamentos das nações participantes, em vez do proposto parlamento europeu, com potencialidades deliberativas, a eleger por sufrágio universal antes do fim do ano, tal como era projectado pelos franceses como Paul Reynaud e Édouard Bonnefous<sup>43</sup>.

O balanço final das actividades do congresso, nos quatro dias em que esteve reunido, não foi, por conseguinte, muito ambicioso. Eis como aparecem apreciados e resumidos num jornal português, no dia a seguir ao encerramento da concorrida conferência da Haia:

«Quais foram os resultados do Congresso Europeu?

Sob o ponto de vista político, o Congresso emitiu votos que têm o mérito de ser novos e audaciosos: a redacção da Carta dos Direitos da Pessoa Humana e a criação de um Tribunal para a sancionar.

Na parte económica, a obra do Congresso é incontestavelmente fraca. Não passou de generalidades sobre a necessidade de se criar uma União Económica e indicou como meios de a conseguir a liberdade de câmbios, equilíbrio orçamental, convertibilidade das moedas, etc., objectivos para que tendem todos os Governos sem os conseguir atingir.

Quanto à Alemanha o Congresso afirmou que a realização da União Europeia, isto é, a colocação em comum dos seus recursos, resolveria ao mesmo tempo o problema alemão. O Congresso verificou que mais valia não aprofundar o problema com receio de se perder nele.

Os votos expressos pelo Congresso Europeu não têm praticamente nenhum valor porque foram emitidos por pessoas sem mandato. O que, portanto, lhes dá grande autoridade é terem sido formulados por personalidades importantes, entre os quais Churchill, e também por terem sido aprovados por um elevado número de parlamentares, homens de letras e jornalistas que exercem grande influência sobre as opiniões públicas.

Sob o impulso de Churchill, o Congresso da Haia faz dar mais um passo à ideia de União Europeia. A maneira de conseguir esta unidade e principalmente os objectivos social e económico, para os quais se fará esta unidade, continua a ser obscura, mas são estes os problemas do futuro.

Por agora, o Congresso da Haia fez grande publicidade da União Europeia»<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> *Diário de Notícias*, n.º 29536, de 10/5/1948, p. 5.

<sup>44</sup> *Diário Popular*, n.º 2016, de 11/5/48, p. 5.

Contudo, há que não subestimar exageradamente o real conteúdo das resoluções do congresso; vale a pena destacar, quer pelo seu valor efectivo, quer pela sua carga simbólica, os principais aspectos resolvidos por cada urna das três comissões: política, cultural e económica, presididas por Paul Ramadier, Salvador de Madariaga e Paul van Zeeland, respectivamente.

1. No âmbito da comissão política, o Congresso Europeu, perante a ameaça sem precedentes ao bem-estar e à segurança na Europa: a) proclama que é imperioso e urgente realizar a unidade da Europa, económica e política, na perspectiva de uma União ou Federação, independente de qualquer potência, para solucionar os problemas graves e imediatos - apesar do louvável esforço da cooperação europeia já iniciado -, para garantir a verdadeira democracia política, para realizar progressivamente a democracia social, para assegurar o progresso às populações ultramarinas associadas, para resolver o problema alemão e para contribuir para a criação de um mundo unido; b) pede que, com toda a urgência, seja convocada uma Assembleia Europeia - aberta a todas as nações europeias que vivam sob um regime democrático e respeitem a Carta dos Direitos do Homem, e eleita pelos parlamentos dos países participantes -, que exprima a opinião pública europeia, recomende as medidas imediatas para o estabelecimento da unidade económica e política da Europa, examine os problemas inerentes à criação da referida União ou Federação; c) considera que se encarregue uma comissão para preparar a elaboração desta carta, por um lado, e, por outro, para propor uma definição criteriosa do que deve entender-se por Democracia, de modo a impedir-se que reivindicuem a qualidade de democráticos os regimes que não observem o respeito escrupuloso dos direitos de expressão, de reunião e de oposição política; d) declara que a Assembleia proponha a criação de um Tribunal de Justiça para defender e fazer aplicar os direitos da pessoa humana e os princípios da liberdade.

2. No âmbito da comissão cultural, cujo relatório apresentado para análise tinha sido elaborado por Richard Coudenhove-Kalergi, escritor suíço e antigo presidente da *Pan-Europa*, o congresso - considerando que a união europeia, deixando de ser utopia para se tornar realidade, se deve basear numa unidade profunda resultante da herança comum de civilização cristã, de valores espirituais e de apego aos direitos fundamentais do homem, e que os esforços tendentes à união devem ser vivificados por um despertar da consciência europeia, dotada de meios de expressão - propõe a criação de um Centro Europeu da Cultura, independente dos governos, tendo, como objectivo geral, dar voz à consciência europeia, e, como tarefas imediatas: a) promover o sentimento da comunidade europeia por meio da informação e de iniciativas no domínio da comunicação social (imprensa, livro, cinema e rádio) e dos

estabelecimentos de ensino; b) proporcionar um local de encontro aos representantes da cultura para que possam exprimir um ponto de vista propriamente europeu sobre as grandes questões que interessem ao continente europeu; c) favorecer a livre circulação das ideias e das obras de arte; d) facilitar a coordenação da pesquisa sobre a condição do homem europeu do século XX; e) apoiar todos os esforços tendentes à federação das universidades europeias. Foi proposto ainda no âmbito desta comissão: que, tendo em conta que o futuro da Europa reside na Juventude e depende da qualidade da educação e dos educadores, fosse criado também um Centro Europeu da Infância e da Juventude, para estudar as medidas tendentes à resolução dos graves problemas sociais, resultantes da guerra e da subalimentação, de que são vítimas muitas crianças europeias, e para favorecer as relações e o acolhimento entre jovens europeus de todas as condições sociais; e que, para garantir a defesa dos direitos do homem, se criasse um Tribunal Supremo, instância supranacional indispensável também à existência mesma da Federação Europeia.

3. No âmbito da comissão económica e social, embora o alcance fosse limitado, o congresso declarou: a) que, para ultrapassar a grave crise presente e atingir e superar o progresso do passado, a Europa tem de unir-se economicamente, porque qualquer tentativa de reconstrução económica pela via das soberanias nacionais divididas estava votada ao fracasso; b) que, para pôr em execução essa unidade económica, era indispensável, a curto prazo, abolir os obstáculos ao comércio e os direitos aduaneiros, restabelecer o equilíbrio orçamental e reduzir as disparidades de preços e salários, preparar a livre convertibilidade das moedas, promover um programa coordenado de desenvolvimento dos recursos agrícolas e do equipamento necessário para o efeito, encorajar a especialização técnica ou regional das actividades industriais e a renovação dos meios técnicos de produção, empreender um programa de equipamento comum para as indústrias chave da actividade económica, elevar o mais possível o nível de vida das populações, aumentar a liberdade de deslocação da mão-de-obra e favorecer o pleno emprego na Europa; c) que, para tornar eficaz o funcionamento da União europeia, era necessário, a médio prazo, garantir, no seio da União, a livre circulação dos capitais, a unificação monetária, o saneamento concertado das políticas orçamentais e de crédito, a união aduaneira completa, a harmonização das legislações sociais<sup>45</sup>.

<sup>45</sup> «Resolutions de la Commission Culturelle, de la Commission Politique et de la Section Économique et Sociale» em anexo ao ofício n.º 562/226, de 2/7/1948, da Legação de Portugal na Haia, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

Foram ainda discutidas e aprovadas nas comissões algumas moções que, não se tendo tomado decisões do congresso, valeram ou como recomendações finais ou como matérias a merecerem um estudo mais aprofundado. Foram os casos: da criação de uma moeda única, longamente debatida e sobre a qual se recomendou uma análise adequada; do estabelecimento de uma comissão das migrações na Europa, para a resolução do problema de cerca de um milhão e meio de pessoas deslocadas; da nomeação de uma comissão para estudar os problemas que dizem respeito à reabilitação moral e material dos veteranos de guerra; e do estabelecimento da livre circulação de viajantes na Europa e de um passaporte uniforme<sup>46</sup>.

Vale a pena ainda referir uma ocorrência no congresso relativa à Espanha. Foi apresentada em comum, pelos delegados britânicos, franceses, italianos e suíços, uma moção, aprovada pela comissão política, manifestando «a esperança de que se estabeleça um Governo provisório na Espanha para que o povo espanhol tenha a oportunidade de escolher livremente o regime que deseja e eleger os seus chefes. Um Governo assim constituído tomaria possível o restabelecimento da democracia em Espanha - a única forma de a Espanha participar na União Europeia»<sup>47</sup>. Esta moção foi contornada pelo delegado britânico Anthony Edén, antigo secretário de Estado do *Foreign Office*, que se desembaraçou astuciosamente do problema, como nos descreve o ministro de Portugal, na Legação da Haia, no relatório que enviou ao governo português sobre o referido congresso: «Outro congressista apresentou, com um violento discurso, o projecto de resolução que condenava, mais uma vez, o regime do ditador espanhol. O senhor Eden, habilmente, enterrou a resolução, enviando-a para a comissão de coordenação, da secção política»<sup>48</sup>.

Para além das resoluções, das diversas comissões, aprovadas pelo congresso, foi ainda redigido um manifesto ou *Mensagem aos Europeus*, cuja leitura chegou a estar comprometida em virtude da encarniçada batalha que opôs os Unionistas (Churchill, Sandys) aos Federalistas (Brugmans). O documento acabou por ser adoptado por aclamação, na sessão final, mas tão só após urna minuciosa discussão da qual resultou uma alteração de pontos cruciais (que constituíam pontos de discórdia), de modo a fazer concordar o texto original com as resoluções aprovadas. Reza assim a parte da mensagem que respeita à declaração de objectivos:

<sup>46</sup> *A Voz*, n.º 7597, p. 1 e 5; *Diário de Notícias*, n.º 29537, p. 5, de 11/5/1948.

<sup>47</sup> *Diário Popular*, de 10/5/1948, p. 7; *Novidades*, n.º 17077, de 11/5/1948, p. 3.

<sup>48</sup> *Ofício* n.º 562/226, de 2/7/1948, p. 10-11, da Legação de Portugal na Haia, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

«Que seja claro para todos que nós, Europeus, reunidos para dar voz a todos os povos deste continente, declaramos solenemente a nossa comum vontade nos cinco artigos seguintes, que resumem as resoluções adoptadas pelo nosso Congresso:

1º Queremos uma Europa unida, aberta em toda a sua extensão à livre circulação dos homens, das pessoas e dos bens.

2º Queremos uma Carta dos direitos do homem, que garanta as liberdades de pensamento, de reunião e de expressão, assim como o livre exercício de uma oposição política.

3º Queremos um Tribunal de justiça capaz de aplicar as sanções necessárias para que seja respeitada a Carta.

4º Queremos uma Assembleia europeia, onde estejam representadas as forças vivas de todas as nossas nações.

5º E assumimos de boa fé o compromisso de apoiar com todos os nossos esforços, nos nossos lares e em público, nos partidos, nas igrejas, nos meios profissionais e sindicais, os homens e os governos que trabalham para esta obra de salvação pública, oportunidade suprema da paz e garantia dum grande futuro, para esta geração e para as que se lhe seguirem»<sup>49</sup>.

Nada existe na versão definitiva deste manifesto que possa comprometer expressamente e no imediato os direitos soberanos dos Estados. De alguma forma, as aspirações dos que pretendiam criar desde logo uma Europa de vínculo federal ficaram, assim, largamente frustradas com as deliberações admitidas no congresso: «o perigo de se avançar muito rapidamente tomando-se decisões precipitadas foi evitado» - declarou o deputado conservador Harold MacMillan, delegado britânico na conferência da Haia, aquando do encerramento desta<sup>50</sup>.

<sup>49</sup> Denis de Rougemont, *28 siècles d'Europe*, Christian de Bartillat, Éditeur, 1990, p. 410. Era o seguinte o texto original, aparecendo em itálico as partes que foram alteradas, substituídas ou cortadas (itálico nosso): «Que seja claro para todos que nós, Europeus, reunidos para dar voz a todos os povos deste continente, declaramos solenemente a nossa comum vontade nos seis artigos seguintes [*que resumem as resoluções adoptadas pelo nosso Congresso*, no texto que foi aprovado]: 1º Queremos uma Europa *federada*, aberta em toda a sua extensão à livre circulação dos homens, das pessoas e dos bens. 2º *Queremos que cada uma das nossas nações, para a salvação da sua independência, delegue num Conselho europeu os poderes necessários para o bem do continente*. 3º *Queremos uma Defesa comum*. 4º *Queremos uma lei comum acima dos Estados*. 5º Queremos uma Assembleia *comum* onde estejam *reunidas* as forças vivas de todas as nossas nações. 6º E assumimos de boa fé o compromisso de apoiar com todos os nossos esforços, nos nossos lares e em público, nos partidos, nas igrejas, nos meios profissionais e sindicais, os homens e os governos que trabalham para esta obra de salvação pública, oportunidade suprema da paz e garantia dum grande futuro, para esta geração e para as que se lhe seguirem» (in Gérard Bossuat, *Les fondateurs* [...], cit., p. 115).

<sup>50</sup> *Diário Popular*, de 10/5/1948, p. 7.



Mas a esperança efectiva de uma Europa unida a caminho de um processo federal, no médio prazo, não morria de todo; dependeria, agora, da atitude dos governos das nações representadas na Haia decidir quando e como.

Algumas semanas após aquela conferência, parlamentares britânicos que nela participaram entenderam, numa reunião realizada em Londres, fazer sentir ao Governo que seria desejável que aceitasse o conteúdo das resoluções daquele congresso; nesse sentido concordaram em enviar ao Primeiro ministro, Clement Attlee, uma deputação para lhe apresentar as ditas resoluções e lhe perguntar «qual a sua opinião»<sup>51</sup>.

A 19 de Julho o *Comité Internacional de Coordenação dos movimentos para a Unidade Europeia*, após uma reunião em que estudara a forma de pôr em execução as resoluções adoptadas no Congresso da Europa, decidira que a prioridade deveria ser dada à que dizia respeito ao estabelecimento de uma Assembleia Europeia. Com esse objectivo, o presidente executivo daquele Comité, Duncan Sandys, manifestou aos chefes dos governos, das Nações signatárias da Convenção para a Cooperação Económica Europeia, o desejo unânime do Comité de que tais propostas tivessem um acolhimento favorável, e a pretensão de que a convocação de uma Assembleia Europeia tivesse lugar sem demora, o que acarretaria «uma importante contribuição à causa da Unidade Europeia, que é a melhor garantia da paz». Em anexo era endereçado, a propósito, um memorando relativo à convocação da referida Assembleia, no qual se lembravam a forma como esta deveria ser constituída (através dos parlamentos das nações participantes) e os objectivos que a deveriam enformar (expressar a opinião pública europeia, recomendar as medidas imediatas para o estabelecimento progressivo da unidade necessária da Europa, examinar os problemas jurídicos e constitucionais postos pela criação de uma União ou Federação, bem como as consequências económicas e sociais dela decorrentes); nele se estipulava também que a Assembleia seria limitada, pelo menos na sua primeira sessão, aos representantes das Nações signatárias da Convenção para a Cooperação Económica Europeia, incluindo a Alemanha ocidental; nele se propunha ainda que a dita Assembleia se reunisse o mais tardar no início de 1949. Antes, porém, deveriam as nações participantes chegar a um acordo quanto aos pontos seguintes: «a) definir as atribuições exactas da Assembleia, b) estabelecer o procedimento de designação dos seus Membros, c) adoptar as disposições

de organização e de administração, d) determinar o orçamento das despesas a afectar e prever a repartição equitativa entre as Nações participantes»<sup>52</sup>.

A 25 de Agosto era publicado em Londres o projecto da convocação da Assembleia Europeia, subdividido em várias partes: na primeira considerava-se que, estando a Organização Europeia de Cooperação Económica desprovida de qualquer poder de soberania, e não dispondo, por isso, de um poder capaz de fazer valer as suas decisões, se impunha alcançar uma outra fórmula que permitisse uma intervenção directiva na resolução dos problemas económicos da Europa; na segunda parte indica-se a composição da futura assembleia, a reunir em Paris antes de 31 de Março de 1949 por iniciativa da OECE (Organização de Cooperação Económica Europeia, criada em 16 de Março de 1948), constituída por 525 membros nomeados pelos 16 países representados naquele organismo mais os da Alemanha ocidental, na proporção de dois delegados por milhão de habitantes (o que daria 87 delegados à França, 100 à Inglaterra, 14 à Áustria, 16 à Bélgica, 8 à Dinamarca, 6 à Irlanda, 14 à Grécia, 18 à Holanda, 1 à Islândia, 96 à Itália, 3 ao Luxemburgo, 6 à Noruega, 16 a Portugal, 14 à Suécia, 8 à Suíça, 38 à Turquia, 86 à Alemanha Ocidental); no terceiro capítulo enuncia-se o projecto de constituição europeia, o qual previa a criação de um Tribunal Supremo, a supressão das alfândegas entre os Estados membros da União no prazo de três anos após a sua formação e restrições de soberania nacional em proveito da mesma União<sup>53</sup>.

Qual foi, com efeito, a posição dos governos e o entendimento e destino que deram às decisões do Congresso da Haia e às iniciativas e propostas que, entretanto, iam sendo apresentadas?

W. Churchill convidara, algum tempo após ter sido endereçado aquele memorando, o primeiro ministro inglês, M. Attlee, a tomar a iniciativa de convocar um parlamento europeu, na conformidade das decisões da Haia; mas este declinou o convite considerando que «mesmo que tenha chegado o momento de passar à realização de uma tal ideia [da unidade europeia], os governos europeus, segundo ele, têm outros problemas mais urgentes a resolver». Fosse qual fosse o sentir da opinião pública britânica, uma coisa é certa: o socialista Attlee tinha sob a sua responsabilidade a condução da política externa inglesa e não manifestava vontade de tomar iniciativas para pôr em prática as decisões do

<sup>52</sup> Carta, com data de 19 de Julho de 1948, de Duncan SANDYS, presidente do Conselho Executivo do Comité Internacional de coordenação dos Movimentos para a Unidade Europeia, e *memorandum* anexo, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

<sup>53</sup> *Diário de Notícias*, n.º 29644, de 26/8/1948, p. 1.

Congresso; acresce que muitos membros do seu partido, tendo-se apercebido da popularidade de que beneficiaram Churchill e outros conservadores na propaganda que desenvolveram em prol da difusão da ideia da Europa Unida, e do excelente trampolim que isso poderia representar, preferiam antes retomá-la por sua conta e relançar nova iniciativa de debate perante a opinião pública - ignorando ou subestimando a real importância da reunião da Haia, na qual tinham estado na iminência de não participar e onde acabaram por ter, de qualquer forma, uma actuação relativamente apagada. Acresce ainda que «O Inglês [...], instintivamente hostil a tudo o que não é *made in England*, hesita ligar o seu destino ao dos povos continentais cuja estabilidade política é geralmente precária e teme não poder, numa Europa federada, jogar o seu papel tradicional de árbitro»; por outro lado, finalmente, estando a Inglaterra firmemente ligada à Comunidade britânica e dando-se conta que já não está só nem tem um papel de primeiro plano como árbitro da política mundial, tende a compensar as suas fraquezas materiais, voltando-se para si própria<sup>54</sup>. Em conclusão, poucas ou nenhuma iniciativas seriam de esperar por parte do Governo britânico no sentido de pôr em execução o programa decidido na Haia. E quanto aos governos do Continente?

O Executivo francês, após ter examinado o memorando acima referido, sobre a convocação de uma Assembleia Europeia, entendeu, em 18 de Agosto, «dar o seu apoio à ideia e tomar todas as medidas necessárias para a sua efectivação»; coube-lhe a iniciativa de endereçar convites aos restantes membros do Pacto de Bruxelas para, de acordo com as sugestões do *Comité International de Coordenação dos Movimentos para Unidade Europeia*, se realizar uma conferência preparatória com delegados dos cinco signatários daquele tratado, com vista à convocação e organização da dita Assembleia<sup>55</sup>. Em resposta, nos dias subsequentes, o gabinete britânico disse que estava a estudar o assunto, e o executivo holandês manifestou «surpresa» pela iniciativa gaulesa declarando que o seu ponto de vista não se modificara desde uma anterior conferência dos cinco, na Haia, na qual se decidiu que as questões do federalismo se deixassem entregues à iniciativa particular. Mas, em contrapartida, acolheram favoravelmente a proposta francesa os governos da Itália e da Bélgica<sup>56</sup>. Não pareceu, todavia, por parte deste último, haver muito entusiasmo e mesmo convicção na

<sup>54</sup> Artigo de Rymond Silva, in *Journal de Genève*, de 10/9/1948, recorte do jornal enviado pela Legação de Portugal na Suíça, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

<sup>55</sup> *Diário de Notícias*, n.º 29637, de 19/8/1948, p. 5.

<sup>56</sup> *Ibidem*, n.º 29638, de 20/8/1948, p. 4; n.º 29639, de 21/8, p. 5; n.º 29640, de 22/8, p. 5; n.º 29642, de 24/8, p. 4.

possibilidade efectiva da criação da referida Assembleia europeia, a julgar pela informação confidencial prestada pela Legação de Portugal em Bruxelas, no telegrama de 8 de Setembro expedido para o governo português. Nesta comunicação dá-se conta de um relatório americano no qual - segundo confidenciou o Primeiro ministro belga, Paul-Henri Spaak, ao diplomata português - se afirmava ser «defeituoso e ineficaz o funcionamento administrativo da Organização Económica Europeia» e «existir propósito [por parte dos membros desta] de nada fazer de harmonia com o pensamento americano», sendo, por conseguinte, necessária a reestruturação da referida organização: «O Senhor Spaak disse-me que o recente projecto de Parlamento da Europa Ocidental teve origem na má disposição dos Estados Unidos contra os dezasseis em virtude do relatório do Senhor Harriman afirmando que não tem havido progressos na Europa [...]». Para desvanecer esta impressão foi combinado apresentar projecto duma coisa *espectacular* que representasse boa vontade europeia. Assim nasceu a ideia desse parlamento cujos resultados práticos, se vingar, lhe parecem por enquanto muito precários»<sup>57</sup>.

As perspectivas de dar exequibilidade às resoluções da Haia por parte dos governos não eram em geral, como se vê, animadoras. Mas, a 25 de Outubro, nasceu em Bruxelas, como resultado do congresso da Primavera, o *Movimento europeu*, sediado em Londres, com eminentes figuras de prestígio, Léon Blum, Winston Churchill, Alcide de Gasperi, Paul-Henri Spaak, na presidência de honra, e com Duncan Sandys, como presidente executivo<sup>58</sup>; este movimento passou a ter um papel muito importante na sequência dos acontecimentos, no modo como os influenciou e moldou a sua directriz fundamental, veiculando por vezes posições próximas das do governo britânico.

Foi sob o seu impulso e a incontornável influência inglesa que, um ano após o Congresso da Haia, em 5 de Maio de 1949, é criado o Conselho da Europa, com uma Assembleia consultiva, cujos representantes poderiam ser nomeados pelos parlamentos nacionais, mas também pelos governos. Mas esta organização

<sup>57</sup> Telegrama recebido da Legação de Portugal em Bruxelas, expedido em 8/9/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M37.

<sup>58</sup> O *Movimento Europeu* saiu do *Comité internacional de Coordenação dos Movimentos para a Unidade europeia*, em 25 de Outubro de 1948, em Bruxelas, agrupando todos os movimentos pró-europeus, à excepção da *União Parlamentar europeia*, de Coudenhove-Kalergi, cioso em manter a sua independência. Foi primeiro presidente do comité executivo do *Movimento Europeu* Duncan Sandys - genro de Churchill e fundador em Dezembro de 1947 do *United Europe* -, mas a orientação cada vez mais federalista do movimento conduziria à sua demissão em 1950. (In Gérard Bossuat, *Les fondateurs* [...], cit., p. 115-116).

distanciava-se significativamente da projectada Assembleia parlamentar concebida naquela conferência internacional; e acabaria por iludir também as expectativas daqueles que, confiantes nas resoluções da mesma, acreditaram que, tal como lá se declarou, «chegou a hora para as nações da Europa de transferir certos dos seus direitos soberanos para os exercer doravante em comum»<sup>59</sup>. Na verdade, os governos, ao instituírem aquela organização, demarcaram-se claramente deste objectivo, não quiseram ir tão longe, pesem embora os assinaláveis desentendimentos entre britânicos e franceses - estes mais receptivos a uma maior autonomia e influência da Assembleia europeia; no fim de contas, em vez de «laço federal» ou de «transferência de soberania», conducente a uma Europa supranacional, optou-se por uma «união mais estreita», no âmbito de uma organização de simples cooperação intergovernamental. Para os mais realistas, contudo, tal desfecho era certamente previsível, tendo em conta o discurso prudente de Churchill na sessão de abertura do congresso europeu da Haia e outras declarações subsequentes, mais ou menos vagas sempre que apelava para a necessidade de se criar um Conselho da Europa, bem diferentes das que produzira antes daquela conferência. É o caso por exemplo do discurso proferido em 9 de Maio na Praça de Dam, em Amsterdão: «Esta Europa, que desejamos erguer em breve, tem de se levantar e unir para estar segura contra as invasões do exterior. Queremos uma Europa Unida, mas uma Europa onde o povo se orgulhe de dizer: Sou Europeu. [...]. Como partidários duma Organização Mundial, esperamos que, em breve, seja constituído um Conselho da Europa, que compreenda os Governos e povos de muitos Estados Europeus que aceitam as liberdades fundamentais da vida democrática estabelecidas pela vontade do povo livremente expressa. [...]. Queremos uma Europa em que todos os homens de todos os países sintam que a Europa é a sua terra»<sup>60</sup>. Outras afirmações breves e genéricas de homens políticos responsáveis, a propósito das consequências do Congresso da Haia, deixaram antever as limitações do real impacto futuro deste notável acontecimento, que chegou a ser designado por «Primavera da Europa». Numa visita que Paul van Zeeland, fez a Portugal, alguns dias após o congresso a cuja comissão económica presidira, são sugestivas as declarações que produziu, ao ser entrevistado sobre os resultados da Haia: «Em minha opinião, o Congresso da Europa teve a grandeza de todos os ideais. Ele serviu para mostrar que a ideia de uma Unidade Europeia tinha já um sentido

<sup>59</sup> «Résolution de la Commission Politique», p. 4, em anexo ao ofício n° 562/226, de 2/7/1948, da Legação de Portugal na Haia, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

<sup>60</sup> *A Voz*, n° 7596, de 10/5/1948, p. 1 e 6.

profundo em todas as populações e em todos os espíritos superiores do nosso Continente. [...]. A ideia da aproximação entre os povos é já tão forte para a união da Europa, que, quanto a mim, a considero como um reforço para aumentar o prestígio do continente em que vivemos e no qual não poderemos sobreviver sem essa unidade»<sup>61</sup>.

As pressões dos governos, com particular destaque para as exigências britânicas, e as concessões que lhes foram feitas surtiram certamente efeito: no congresso e depois dele. Venceriam os unionistas contra os federalistas, a Europa unida dos Estados contra os Estados Unidos da Europa...

### ***Outras manifestações públicas: o Congresso da União Interparlamentar Europeia em Interlaken***

Em 1948 as realizações no âmbito da ideia da Europa unida não se ficaram pelo evento da Haia. Depois dele, outras iniciativas tiveram lugar - algumas associadas à hipótese de uma união que ultrapassava as fronteiras da Europa ou ao projecto mesmo de um governo do mundo unido: é o caso, por exemplo, do Congresso dos Povos da Europa, Ásia e África, realizado a 19 de Junho em Paris, convocado por iniciativa socialista, no espírito da cooperação internacional, e ao qual se associou Léon Blum<sup>62</sup>; é o caso ainda da segunda conferência anual do Movimento do Governo Federal do Mundo, realizada a 5 de Setembro no Luxemburgo, que advogava a completa transformação da Organização das Nações Unidas num Parlamento mundial, constituído numa base em que cada país tivesse um número de votos de acordo com o tamanho da sua população<sup>63</sup>. Mas a mais importante das iniciativas pró-europeias foi o Congresso da União Interparlamentar Europeia, realizado em Interlaken, na Suíça, de 1 a 4 de Setembro.

O Congresso foi promovido pela *União parlamentar europeia*, fundada em Gstaad na Suíça, em Julho de 1947, por Coudenhove-Kalergi. No primeiro congresso da União realizado dois meses mais tarde, em Setembro, naquela mesma cidade, foi deliberado - tirando partido das respostas favoráveis ao inquérito que Coudenhove-Kalergi endereçara em 1946 aos deputados dos parlamentos democráticos - agrupar e mobilizar os parlamentares sensíveis à unidade europeia. É com esse objectivo que o Conselho executivo da União

<sup>61</sup> *Novidades*, n.º 17089, de 23/5/1948, p. 6.

<sup>62</sup> *Diário Popular*, n.º 2055, de 19/6/1948, p. 5.

<sup>63</sup> *A Voz*, n.º 7715, de 6/9/1948.

decidiu, em Dezembro de 1947, convocar uma assembleia plenária em Interlaken para Setembro do ano subsequente, sob a designação de Congresso Parlamentar para a constituição dos Estados Unidos da Europa<sup>64</sup>. A conferência esperava reunir cerca de duas centenas e meia de parlamentares, com o objectivo de estudarem uma constituição federal para a Europa, devendo para o efeito convocar-se logo de seguida uma Assembleia Constituinte. De acordo com as notícias divulgadas na imprensa esperava-se que os 17 parlamentos convidados estivessem representados, correspondendo-lhes individualmente um número de votos proporcional aos milhões da sua população: por exemplo, a Grã Bretanha teria 47 votos; a França, 42; a Bélgica, 8; a Suíça, 4. Foi ainda declarado que «todas as nações que vivem entre os Pirinéus e a cortina de ferro» estariam representadas, e que, conforme o inquérito recentemente realizado pela referida união, existiam maiorias absolutas favoráveis à Federação Europeia nos parlamentos de muitos países (França, Itália, Grécia, Bélgica, Suíça, Holanda e Luxemburgo) e maiorias relativas noutros, podendo concluir-se que «os 250 delegados parlamentares que se reúnem em Interlaken poderão falar, a todos os títulos, como representantes de 250 milhões de europeus livres»<sup>65</sup>.

Os trabalhos do congresso, subordinados ao grande objectivo da organização dos Estados Unidos da Europa, iniciaram-se, como previsto, a 1 de Setembro, com a presença de duzentos deputados pertencentes a treze parlamentos. Churchill enviou uma mensagem, na qual se afirmava: «Fizemos mais rápido progresso no sentido da União europeia do que qualquer pessoa versada em assuntos políticos poderia ter predito há um ano. O êxito que já coroou os nossos esforços combinados deve inspirar-nos para continuarmos juntos servindo esta grande causa europeia e mundial». No documento apresentado à discussão propunha-se que no final dos seus trabalhos a conferência enviasse um apelo à acção de todos os chefes de Governos europeus, ministros de Negócios Estrangeiros e presidentes dos Parlamentos no sentido de colaborarem para a criação da União europeia na forma que viesse a ser aprovada pelo congresso; pedia-se que os cinco signatários do Pacto de Bruxelas tomassem a iniciativa de convocar uma Assembleia Constituinte Europeia como ponto de partida para a criação e definição da referida União, de maneira que pudesse «constituir um elemento de paz no Mundo e não de discórdia, uma Europa que não seja dirigida contra ninguém e que forme um elo entre as grandes forças mundiais que ameaçam chocar-se»; e enunciavam-se princípios que se propunham como base de

<sup>64</sup> *Ibidem*, n° 7594, de 8/5/1948, p. 1.

<sup>65</sup> *Ibidem*, n° 7707, de 30/8/1948, p. 6.

trabalho aceitável pela maioria do congresso e como base de orientação para o plano orgânico a aprovar futuramente, pela projectada Assembleia Constituinte<sup>66</sup>.

Com efeito, o Congresso de Interlaken adoptou, a 4 de Setembro, um plano de acção para a convocação imediata de uma Assembleia Europeia, tendo como objectivo a elaboração de uma constituição dos Estados-Unidos da Europa, com vista à criação de uma Federação europeia. O plano comporta três documentos: «Um apelo aos Governos e Parlamentos da Europa», assinado pelos chefes das delegações de doze Estados presentes no Congresso (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Países-Baixos, Sarre, Suécia e Turquia); uma «Resolução a submeter para adopção aos Governos e Parlamentos»; e «Os princípios constitucionais propostos à Assembleia europeia». No primeiro dos documentos faz-se apelo aos governos e às nações da Europa para que seja convocada a referida Assembleia europeia, a partir do início de 1949; considera-se que o melhor método para a reunir seria através do sufrágio universal, mas, tendo em conta que por essa via se atrasaria intoleravelmente a reunião, entende-se que a forma prática e viável é através de delegações dos parlamentos nacionais já existentes, segundo o critério de dois delegados por milhão de habitantes, não devendo, em todo o caso, o número total por parlamento ser inferior a seis e superior a quarenta. Para o efeito propõem-se, na conformidade do segundo documento, algumas sugestões práticas: que a Assembleia Europeia seja convocada antes de 31 de Março de 1949, devendo os seus membros ser escolhidos pelos parlamentos das nações participantes na OECE; que a referida Assembleia elabore «propostas relativas às medidas práticas a tomar imediatamente para realizar uma união económica e política da Europa sob a forma de uma Constituição dos Estados Unidos da Europa». Propõem-se também, de acordo com o terceiro documento, alguns «princípios que estariam na base dos trabalhos da futura Assembleia europeia» com vista à elaboração da Constituição da Federação dos Estados Unidos da Europa: os membros fundadores seriam os dezasseis Estados participantes na OECE mais a Alemanha (ocidental), cuja integração se considera indispensável para resolver a respectiva questão económica e política, mas a porta ficaria aberta para outros Estados europeus; o poder legislativo deveria ser confiado a um Parlamento com duas câmaras - um Senado, composto por igual número de senadores por Estado membro, e uma Câmara de Deputados, designados, temporariamente, pelos parlamentos dos Estados participantes -, cujos poderes deveriam ser tais que permitissem à Federação ser considerada como uma

<sup>66</sup> *Diário de Notícias*, n.º 29691, de 2/9/1948, p. 5.



verdadeira entidade (poderes próprios), mas de maneira que os Estados conservassem suficiente autonomia nos domínios que lhes são reservados e que não têm interesse geral para a Europa (poderes concorrentes)<sup>67</sup>; o poder executivo seria confiado a um Conselho federal, eleito pelas duas câmaras, ao qual competiria escolher o respectivo presidente; o poder judicial pertenceria a um Tribunal Supremo, cabendo à jurisdição de primeira instância quaisquer questões relativas à interpretação da Constituição e às infracções e violações no domínio da declaração dos Direitos do Homem; a liberdade comercial, a unificação e uniformidade aduaneiras entrariam em vigor com o estabelecimento da União, cabendo a percepção e o controlo dos direitos alfandegários ao poder executivo da Federação; cada Estado membro conservaria a sua própria constituição, mas a lei federal prevaleceria em todas as circunstâncias, e ser-lhe-ia vedado dispor de forças armadas, estabelecer impostos e cunhar moeda; os Estados membros e os respectivos cidadãos gozariam dos mesmos direitos e privilégios e estariam sujeitos às mesmas obrigações comuns; os territórios ultramarinos seriam objecto de um estudo adequado e individualizado, conforme a especificidade de cada um, por uma Comissão especial designada pela Assembleia federal; qualquer alteração ou revisão constitucional só poderia ser adoptada por maioria absoluta de cada uma das câmaras do Parlamento federal<sup>68</sup>.

Quais eram as perspectivas futuras de acatamento e de concretização das propostas saídas de Interlaken? Com o título de «Veut-on, oui ou non, faire l'Europe?», o *Journal de Genève* equacionou o problema, alguns dias após o congresso (10 de Setembro), na forma seguinte: «[...] le congrès de l'Union

<sup>67</sup> Na proposta dos princípios constitucionais a submeter à Assembleia são especificados os poderes próprios, inerentes à federação - (negócios externos e defesa; serviços essenciais, tais como serviços postais, telegráficos e telefónico, meios de comunicação como a T.S.E e televisão, o recenseamento estatístico, o sistema de pesos e medidas, as migrações, etc.); os assuntos relativos à emissão da moeda, os empréstimos federativos e os direitos alfandegários, etc.; outros assuntos decorrentes de disposições constitucionais, de decisões do Parlamento e do governo federais, considerados de sua competência exclusiva, etc) -, e os poderes concorrentes adstritos aos Estados (questões económicas relativas às pessoas e às empresas, seguros, criação e dissolução de instituições morais e corporativas, regulamentação da propriedade, da produção e distribuição, transportes, etc.; negócios industriais, incluindo o trabalho, o emprego e o desemprego, condições de trabalho, greves, abonos e subsídios de família, etc., serviços sociais tais como reformas e pensões, seguros contra o desemprego, doença e acidentes de trabalho, etc.). (In *Plan d'Action d'Interlaken por la convocation immediate d'une Assemblée Européenne*, p. 11-12, em anexo à carta, com data 5 de Setembro de 1948, do Presidente da União Parlamentar Europeia, Georges Boy, endereçada a A. O. Salazar, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A).

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 1-8.

Parlamentaire Européenne, qui vient de tenir ses assises à Interlaken, a consacré brillamment le principe d'une Assemblée Européenne en voie de formation. Les Etats-Unis d'Europe vont-ils enfin prendre corps? La chimère généreuse d'hier va-t-elle devenir une réalité politique? [...]. Des voix recommandent la prudence: *Avant d'unir et d'ordonner l'Europe, disent certains, commencez par mettre de l'ordre chez vous.* Mais comment sortir de l'impasse si cet ordre est lié à la réalisation de l'Union Européenne, et si le désordre règne parce que les problèmes sont insolubles dans le cadre national? Or, aucun pays européen ne peut plus se sauver seul. Si dilemme il y a, une conclusion s'impose: faire l'Europe d'abord et tout de suite. [...]. Si l'on veut éviter la catastrophe, il faut, tout de suite, constituer un premier noyau central autour duquel viendront ultérieurement se rassembler les peuples encore indécis. [...]. Quelles peuvent être les premières nations, qui doivent, dès à présent, s'unir sans réserves [...] en fondant une Institution douée des pouvoirs qui lui auront été transférés? Benelux qui a donné l'exemple, la France et l'Italie qui ont publié officiellement leur accord, l'Autriche et l'Allemagne occidentale, pour qui l'intégration à l'Union Européenne est l'unique solution éliminant les risques d'une renaissance pangermaniste inspiré des Soviets; si possible, les pays du Nord, le Portugal, l'Espagne, une fois obtenues du général Franco des garanties politiques [...]. Le programme esquissé ici ne peut susciter d'opposition sinon celle des partis qui spéculent sur la discorde et la misère. Seul, il possède les vertus de nous redonner peu à peu la prospérité et de sauver *in extremis* la paix déjà si compromise»<sup>69</sup>.

A iniciativa de Interlaken, promovida pela *União Parlamentar Europeia*, que não aderira ao *Movimento Europeu*, desenvolveu-se paralela e autonomamente às diligências envidadas por este último, cujas ambições, no âmbito da natureza e dos poderes da perspectivada Assembleia Europeia, eram mais modestas e, por conseguinte, passíveis de poderem vir a ter um acolhimento mais favorável junto dos governos. Por isso, embora a Assembleia de Estrasburgo fosse bem mais limitada na sua composição e atribuições do que a que se pretendeu na Haia, foi, apesar de tudo, a partir desta e não da que se projectou em Interlaken que as coisas se encaminharam.

<sup>69</sup> Artigo de Rymond Silva, in *Journal de Genève*, de 10/9/1948, recorte enviado pela Legação de Portugal na Suíça, MNE, AHD, 2P/A50/M39-A.

## Conclusão

A primeira nota a salientar, nesta perseguição que movemos, a partir de Portugal, na busca da ideia de unidade europeia nestes três primeiros anos subsequentes ao termo da guerra, é a de que aqui, onde no seu prolongamento ocidental a Europa acaba, as notícias sobre o que de importante ocorria além-Pirinéus também chegaram profusamente. A imprensa deu deles conhecimento pormenorizado; e, aquando das grandes realizações, como o congresso da Haia, fez desses eventos notícias com evidente destaque de primeira página: reproduzem-se integralmente os relatos das agências noticiosas, transcrevem-se declarações, discursos ou respectivos excertos, produzidos por personalidades de primeiro plano na arena europeia, publicam-se as reportagens dos correspondentes, analisam-se propostas, avançam-se resoluções. A população portuguesa ledora de jornais teve condições para estar informada; e é de crer que tais notícias eram desejadas e consumidas, porque, de contrário, não se compreende como é que se divulga com tanta prodigalidade e destaque aquilo que não é passível de suscitar interesse no público. Com essas notícias foi-nos possível reconstruir o essencial do percurso seguido pela ideia de Europa unida no período analisado.

Mas nem todos os jornais noticiaram com o mesmo ênfase os acontecimentos em questão. O *Diário de Notícias*, que julgamos ser o órgão de informação mais difundido e, obviamente, com maior número de leitores, destaca-se pela quantidade e pormenor das notícias que fornece; mas de um modo geral também outros jornais, nomeadamente os mais próximos das posições oficiais, surpreendem pela forma minuciosa e por vezes destacada com que dão conhecimento dos eventos relativos à temática em análise. Há, todavia, uma curiosa excepção: o jornal *República*, identificado com a oposição democrática, ignora ou silencia as notícias relativas à unidade europeia. Porquê? Tratava-se de matéria que não interessava aos seus leitores ou que não convinha à direcção do jornal? Existiriam razões políticas ou ideológicas que justificassem este alheamento em relação a factos que, em determinados contextos, constituíram noutros jornais o principal objecto de notícia?

Alguns dos mais proeminentes protagonistas da ideia europeia situavam-se - o que era particularmente válido para os britânicos - no campo conservador. As desinteligências sobre a oportunidade da unidade europeia eram manifestas entre conservadores e trabalhistas ingleses; estes últimos temiam tomar iniciativas que pudessem desagradar a Moscovo, mas no continente, à excepção de alguns socialistas franceses, esta precaução não pareceu assim tão evidente. No imediato pós-guerra o alcance geográfico da Europa a unificar incluía

também Estados do centro e do leste europeus. Mas a União Soviética era ostensivamente hostil aos projectos europeus de unificação; os comunistas, com grande peso eleitoral nalguns Estados da Europa ocidental, colavam-se a este posicionamento; e os socialistas no poder ou na oposição eram receptivos, por vezes, à eventualidade de se prevenirem novos motivos de fricção que, desfeitoando o comunismo interno, pudesse dar vantagens eleitorais ao partido adversário. Fez-se assim acreditar, sobretudo num primeiro tempo, que a unidade da Europa, a realizar-se, prejudicava as relações entre o Oeste e o Leste, já de si muito tensas; mas o golpe de Praga, primeiro, e o bloqueio de Berlim, depois, aliviaram os pruridos de prudência de muitos dos cautelosos e cépticos. E a partir de então que, perdidas as ilusões de um entendimento entre democracia e comunismo, floresceram generosamente os propósitos unificadores e se projectaram medidas tendentes à consecução do almejado objectivo de uma forte solidariedade europeia como necessidade de sobrevivência da civilização cristã e ocidental.

Embora o quadro político e partidário existente em Portugal fosse diverso e até oposto ao que vigorava na Europa democrática, houve de comum esta mesma necessidade de entendimento solidário para proceder à indispensável reconstrução económica e para organizar a defesa eficaz contra a ameaça bolchevista. Salazar apregoou, desde a primeira hora, esta congregação de esforços, de vontades e de recursos; a forma como deveria realizar-se na prática é que foi muito diferentemente entendida. Portugal não poderia estar, por conseguinte, alheio ao que sobre a matéria ia acontecendo e se projectava além fronteiras. E o governo foi razoavelmente esclarecido. O corpo diplomático português na Europa esteve atento ao que se passava no âmbito da unidade europeia: ministros de Portugal e embaixadores portugueses deram conhecimento de factos relativos ao tema em apreço, seleccionaram recortes de jornais e documentação respeitante ao processo unificador, enviaram relatórios e conclusões de congressos, fizeram chegar a correspondência que, por seu intermédio, era endereçada ao governo, deram conta dos seus relacionamentos com personalidades políticas e mandaram, traduzidas, declarações e entrevistas, fizeram sugestões ao governo, comentaram e emitiram opiniões, solicitaram esclarecimentos.

Os dirigentes governamentais foram informados pelos seus agentes diplomáticos; os portugueses foram-no também, pela imprensa. Mas como agiram aqueles e como reagiram estes? A estas questões tentámos dar resposta num outro trabalho<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> António Martins da Silva, «Portugal e o movimento para [...]», cit.